

# O ENSINO DO TEATRO NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

*THEATER TEACHING IN THE NATIONAL COMMON CURRICULAR BASE*

 <http://orcid.org/0000-0002-8278-2549> Roberta Jorge da Silva Wisniewski <sup>A</sup>

 <http://orcid.org/0000-0002-7905-9819> Robson Rosseto <sup>B</sup>

<sup>A</sup> Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) e Rede estadual de ensino do Estado do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

<sup>B</sup> Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Curitiba, PR, Brasil.

**Recebido em:** 20 jun. 2020 | **Aceito em:** 17 mar. 2021

**Correspondência:** Roberta Wisniewski (robertamusic@gmail.com)

## Resumo

Neste artigo analisa-se a proposta para o ensino do Teatro apresentada no documento normativo Base Nacional Comum Curricular – BNCC, homologada nos sistemas de ensino do Brasil em maio de 2018. O texto apresenta como as habilidades teatrais, integrante do componente curricular Arte, estão organizadas na etapa escolar do Ensino Fundamental (anos finais) de 6º aos 9º anos, assim como descreve a composição dos códigos alfanuméricos criados para identificar os objetivos de aprendizagens e desenvolvimento. O presente trabalho também salienta propostas metodológicas da pedagogia teatral no espaço escolar e expõe uma reflexão crítica sobre as mudanças da legislação educacional brasileira.

**Palavras-chave:** Arte; Teatro; BNCC; Códigos Alfanuméricos.

## Abstract

This article analyzes the proposal for the theater teaching presented in the National Common Curricular Base (BNCC in the Portuguese acronym) normative document, approved in the Brazil education systems in May 2018. The text presents how the theater skills, part of the Art curricular component, are organized in the Basic Education from 6th to 9th grade, as well as describing the alphanumeric codes composition created to identify the learning objectives and development. The present study also highlights methodological proposals of theatrical pedagogy in the school space and exposes a critical reflection in Brazilian educational legislation changes.

**Keywords:** Art; Theater; BNCC; Alphanumeric codes.

O texto apresenta uma análise sobre a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, na perspectiva do ensino do teatro. Sem a pretensão de esgotar as discussões sobre o assunto, no primeiro momento, nos propomos a apresentar marcos importantes sobre a arte especificamente no espaço escolar, assim como as mudanças da legislação educacional brasileira. Compreendemos que o conhecimento dessa organização possibilita o aprofundamento sobre a



posição atual do ensino da Arte no país e contribui para o entendimento mais amplo das reflexões acerca da concepção pedagógica teatral apresentada na BNCC.

Em 1971, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, a arte foi incluída na matriz escolar com o título de Educação Artística, considerada “atividade educativa”, e não disciplina. A publicação da Lei 5.692/71,

[...] surpreendeu os estabelecimentos de ensino ao exigir o oferecimento de uma matéria (Educação Artística) para a qual não havia profissionais licenciados. Existiam em algumas escolas professores de música, arte dramática, dança e artes plásticas, que, embora dominassem a especificidade de cada uma dessas formas de expressão artística, geralmente eram artistas, sem formação pedagógica. Os primeiros cursos universitários preparatórios do professor de Educação Artística só foram implantados três anos após a publicação da 5.692/71 e tinham o objetivo de formar um profissional polivalente, ‘fluente’ em distintas linguagens estéticas (plástica, cênica e musical). (JAPIASSU, 2003, p. 50)

Com o advento da referida Lei, o Conselho Federal de Educação reformulou os currículos dos cursos superiores na área de Artes que passaram a oferecer também a licenciatura, momento em que surgiram os cursos de Licenciatura em Educação Artística, utilizando-se do modelo 3+1, quer dizer, formando inicialmente o artista, para em seguida inserir-se a parte pedagógica exigida para o exercício do magistério.

Com a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN em 1998, a Arte consolidou-se enquanto área de conhecimento, de modo a contribuir para a formação de cidadãos, o respeito à diversidade regional, cultural e política do país, oportunizando para aos estudantes acesso a diversos conhecimentos artísticos, com o propósito da valorização do patrimônio sociocultural e reconhecendo-se como cidadão transformador do meio em que vive. Na proposta do PCN de Arte, por meio das linguagens inerentes às Artes Visuais, Dança, Música e Teatro, o documento explicita conteúdos, objetivos e especificidades, tanto no que se refere ao ensino e à aprendizagem, quanto no que se refere à arte como manifestação humana.

A partir dos anos 1980, e durante os anos 1990, constitui-se o movimento Arte-Educação, inicialmente com a finalidade de conscientizar e de mobilizar os profissionais. O movimento proporcionou a ampliação das discussões sobre a valorização e o aprimoramento do professor, consciente do seu isolamento no interior da escola e da própria insuficiência de conhecimentos e competência na área.

Com o advento da Lei 9394/96, revogaram-se as disposições anteriores, e a disciplina de Arte passou a ser considerada obrigatória na Educação Básica: “*O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da Educação Básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos*” (art. 26, § 2º). A partir deste documento, inicia-se em todo o território brasileiro a inclusão da Arte no contexto educacional, como

disciplina curricular, com conteúdos próprios e imprescindíveis para o processo de ensino e aprendizagem no campo artístico.

Ao final dos anos de 1990, o campo da Arte passou a ser identificado não mais por Educação Artística, pois foi inserida na estrutura curricular como área, com conteúdos próprios ligados à cultura artística, portanto, para além de uma mera atividade de entretenimento. No entanto, nas práticas do ensino de Artes nas escolas regulares de educação, ocorre a predominância da atuação do professor com um ensino polivalente, contexto no qual o docente habilitado na área específica desenvolve ao longo do ano letivo proposições de todas as linguagens artísticas em sua ação pedagógica.

Cabe lembrar que a formação em Arte no país acontece em licenciaturas específicas (Artes Visuais, Dança, Música e Teatro), porém, com recorrência, egressos são levados a assumirem os conteúdos das distintas linguagens e deparam-se com o dilema da polivalência, com demandas contraditórias à própria formação inicial. Para solucionar tal questão, em fevereiro de 2016, a Comissão de Educação da Câmara do Senado aprovou a posposta que estabelece a obrigatoriedade das disciplinas Artes Visuais, Dança, Música e Teatro na matriz curricular nos diversos níveis da Educação Básica.

No entanto, em 2018 ocorre a aprovação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC<sup>i</sup>, como objetivo de nortear a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares de todo o país, indicando as competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes ao longo do percurso escolar. Por conseguinte, com base na BNCC, as escolas públicas e privadas passam a ter um núcleo comum de orientações e perspectivas de aprendizagem com a intencionalidade de preparar o estudante para uma formação integral, sobretudo, um cidadão que compreenda, reflita e atue na sociedade.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (BRASIL/MEC, BNCC, 2018, p.07)

De acordo com a BNCC, o documento define os conhecimentos essenciais que deverão ser oferecidos a todos os estudantes na parte comum, nesse sentido, a reorganização dos currículos de estados e municípios deve estar alinhada à BNCC. No documento, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores exigidos para lidar com a complexidade da vida. Nessa perspectiva, o estudante torna-se capaz de refletir e resolver

problemas cotidianos, um cidadão consciente da sua realidade, atuante na sociedade e no mundo do trabalho. O documento apresenta unidades temáticas e objetos de conhecimentos comuns, a fim de proporcionar aos estudantes metodologias distintas, para que atinjam o desenvolvimento das dez competências gerais da BNCC:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BRASIL/MEC, BNCC, 2018, p.09-10)

O conjunto das referidas competências gerais devem ser desenvolvidas de forma integrada aos componentes curriculares, ao longo de toda a educação básica. Para tanto, cabe ao docente relacionar as competências na sua prática pedagógica diária, a fim de que os mesmos articulem-se em conjunto com o desenvolvimento dos conteúdos abordados em sala de aula. Em relação à abordagem das competências específicas do componente curricular,

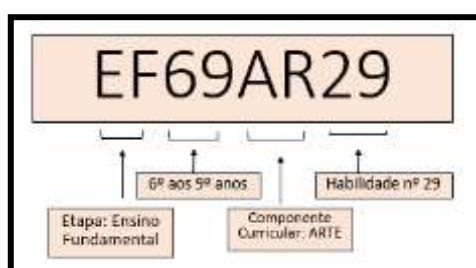
especificamente com referência aos conhecimentos artísticos, devem-se considerar o conjunto de habilidades, que se relacionam com os objetos de conhecimentos, presentes em cada uma das cinco unidades temáticas: as artes visuais, a dança, a música, o teatro e as artes integradas. Esta última explora as relações e articulações entre as linguagens e aquelas possibilitadas pelo uso das novas tecnologias e formas estéticas híbridas, como a performance.

O ensino da Arte no Ensino Fundamental, na etapa dos anos finais, reestruturada na BNCC está localizado na área de conhecimento denominada de Linguagens, composta pelos seguintes componentes curriculares: Arte, Educação Física, Língua Portuguesa e Língua Inglesa. Desta forma, a disciplina Arte deixa de ser área específica de conhecimento, para ser compreendida como uma das linguagens, nessa perspectiva, cabe salientar o enfraquecimento da área de Arte, nas suas diferentes linguagens (Artes Visuais, Dança, Música e Teatro). A análise desta questão não é o objetivo deste texto, uma vez que este assunto requer profundas reflexões conceituais, no entanto, entendemos que a Arte deveria ser configurada em uma área específica de conhecimento.

### Teatro: Habilidades e Códigos Alfanuméricos da BNCC

O componente curricular Arte, no bloco do 6º ao 9º ano, apresenta cinco unidades temáticas baseadas nos objetos de conhecimentos e habilidades, identificados por um código alfanumérico. O código da etapa correspondente ao Ensino Fundamental (anos finais) inicia-se com o par de letras EF, seguidas do par de números 69 que corresponde ao bloco do 6º ao 9º ano. O próximo par de letras refere-se ao componente curricular, no caso da Arte o par é AR e, o último par de números, é o indicativo da posição em que a habilidade encontra-se no documento (Figura 1).

**Figura 1** - Código alfanumérico/BNCC



**Fonte:** Elaborada pelos autores, 2020

Em função da ausência de hierarquia de aprendizagens a serem desenvolvidas no espaço pedagógico, a numeração das habilidades não significa uma ordem a ser seguida, uma vez que,

Essa forma de apresentação adotada na BNCC tem por objetivo assegurar a clareza, a precisão e a explicitação do que se espera que todos os alunos aprendam no Ensino Fundamental, fornecendo orientações para a elaboração de currículos em todo o País, adequados aos diferentes contextos. (BRASIL/MEC, BNCC, 2018, p. 31)

Desta forma, o modelo apresentado na BNCC fundamentado em unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades para cada componente curricular, configuram-se em uma possibilidade de arranjo para o Ensino Fundamental. No entanto, cabe aos estados e municípios brasileiros proposições distintas no momento da (re)organização dos currículos.

O componente curricular Arte deve garantir aos estudantes o desenvolvimento das competências específicas desta área de conhecimento, articulados às competências gerais para a Educação Básica. As competências específicas para o componente curricular Arte devem privilegiar:

1. A fruição, análise e reconhecimento de práticas e produções artísticas;
2. A compreensão das possíveis relações e integrações das linguagens artísticas;
3. O reconhecimento das diferentes manifestações artísticas e culturais brasileiras;
4. A experimentação artística por meio do lúdico, da expressividade e imaginação;
5. A utilização de recursos tecnológicos no ensino de Arte;
6. A compreensão da arte na sociedade e seus modos de produção e circulação;
7. A reflexão acerca das questões sociais como política, economia, tecnologia;
8. O desenvolvimento crítico e colaborativo no ensino de Arte;
9. A valorização do patrimônio artístico.

Com relação à especificidade teatral, a BNCC apresenta a unidade temática Teatro para o Ensino Fundamental (anos finais), contendo os seguintes objetos de conhecimento: Contextos e práticas, Elementos da Linguagem e Processos de Criação. Com base nesses objetos, o ensino do teatro pode favorecer o entendimento e a vivências das manifestações artísticas<sup>ii</sup> enquanto prática social, o que contribui para que os estudantes tornem-se protagonistas e criem em Arte. Nesse sentido,

O Teatro instaura a experiência artística multissensorial de encontro com o outro em performance. Nessa experiência, o corpo é lócus de criação ficcional de tempos, espaços e sujeitos distintos de si próprios, por meio do verbal, não verbal e da ação física. Os processos de criação teatral passam por situações de criação coletiva e colaborativa, por intermédio de jogos, improvisações, atuações e encenações, caracterizados pela interação entre atuentes e espectadores. O fazer teatral possibilita a intensa troca de experiências entre os alunos e aprimora a percepção estética, a imaginação, a consciência corporal, a intuição, a memória, a reflexão e a emoção. (BRASIL/MEC, BNCC, 2018, p. 196)

O documento assinala propostas cênicas para o ensino do teatro em sala de aula, destacando a importância do pensar e realizar coletivamente e, a participação dos estudantes em momentos como atuentes e como espectadores, possibilitando também, a experiência de formação de plateia. O Teatro na BNCC contempla as seguintes habilidades e códigos:

**Figura 2** - Habilidades da Unidade Temática Teatro/BNCC

ARTE – 6º AO 9º ANO		
UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Teatro	Contextos e Práticas	(EF69AR24) (EF69AR25)
	Elementos da Linguagem	(EF69AR26)
	Processos de Criação	(EF69AR27) (EF69AR28) (EF69AR29) (EF69AR30)

**Fonte:** Elaborada pelos autores, 2020

De acordo com a figura, a habilidade EF69AR24 corresponde: Reconhecer e apreciar artistas e grupos de teatro brasileiros e estrangeiros de diferentes épocas, investigando os modos de criação, produção, divulgação, circulação e organização da atuação profissional em teatro. Esta habilidade possibilita o contato com diferentes modos de produção teatral, por meio da análise e reconhecimento de grupos existentes e suas diferentes abordagens. Os processos criativos teatrais desenvolvidos em sala de aula contribuem para que o estudante perceba cenicamente o *modus operandi* dos artistas, bem como a importância do espaço como delimitação do perímetro em que a atuação acontece. De fato, os modos do fazer, o processo de criação teatral como prática pedagógica e o impacto estético causado pelo envolvimento com uma experiência teatral são partícipes do desenvolvimento sensível dos seres humanos.

A habilidade EF69AR25 corresponde a: identificar e analisar diferentes estilos cênicos, contextualizando-os no tempo e no espaço de modo a aprimorar a capacidade de apreciação da estética teatral. A experimentação teatral permite ao estudante, o contato com a experiência estética: o momento do deleite, a contemplação, o prazer, a catarse, ou seja, a compreensão do conjunto da composição cênica e suas experimentações podem contribuir no entendimento da estrutura dos diversos gêneros teatrais, ampliando o repertório individual e coletivo.

Ao proporcionar ao estudante a experiência de atuante e de espectador, tanto em espetáculos teatrais quanto nas encenações/improvisações realizadas pelos colegas, o seu repertório artístico é amplificado em função das percepções e das sensações que a cena emana.

[...] jogar/assistir também deveria ser um binômio natural, visto que as experiências do espectador remetem às do jogador, e vice-versa. A dupla experiência se impõe para que sejam superados os exemplos simplórios de esquetes impostos pela televisão e para que se ouse no confronto com formas contemporâneas de escrita e jogo. (RYNGAERT, 2009, p.73)

Desta forma, na relação atores e espectadores encontra-se imbricado o diálogo por meio da socialização, visto que o teatro permite a interação e consequentemente a comunicação entre os pares. Esta habilidade possibilita a vivência dos estudantes envolvidos com os modos de criar individual e coletivamente em teatro, na experimentação como ator/atriz ou enquanto espectador(a). A prática teatral parte do princípio de que todas as pessoas têm a capacidade de dramatizar e de improvisar, lembrando que a descoberta ocorre associada ao desenvolvimento da expressão criativa.

Boal afirma que todos somos atores, até mesmo os próprios atores! O Teatro do Oprimido permite o contato direto do público com os atores, introduzindo temas sociais para serem discutidos por meio de técnicas, como a do 'Teatro Invisível'. Essa técnica consiste em um grupo de atores ensaiados, que, a partir de um tema pré-estabelecido, desencadeia uma ação junto aos espectadores, que não sabem que se trata de uma representação. Dessa forma, faz com que todos participem, involuntariamente, da ação teatral. (PARANÁ, 2006, p. 152)

Assim, o Teatro do Oprimido de Augusto Boal (1991), destaca-se como exemplo de proposta teatral que permite ao estudante refletir sobre suas atitudes diante do mundo, pois trata de abordagens com enfoque nas questões sociais, baseadas em diversas temáticas que muitas vezes oprimem os seres humanos, tais como: violência, preconceitos, desigualdades, diversidade, corrupção, dentre outras.

A habilidade EF69AR26 corresponde a: explorar diferentes elementos envolvidos na composição dos acontecimentos cênicos (figurinos, adereços, cenário, iluminação e sonoplastia) e reconhecer seus vocabulários. O Teatro é constituído de vários elementos que contribuem para a realização de um determinado espetáculo e/ou de uma cena. De maneira geral, os recursos tecnológicos têm importância na concepção estética das encenações contemporâneas, bem como o destaque dos profissionais que atuam na criação e na operação dos diversos elementos cênicos, como o cenógrafo, o figurinista e o sonoplasta.

Assim, a experiência das diferentes formas de atuação teatral permite que o estudante desenvolva aprendizados associados com o mundo do trabalho do universo cênico, experimentando como ocorre o processo criativo e a apresentação de um espetáculo. De outro ponto de vista, ao utilizar recursos da engrenagem teatral para criar a atmosfera da cena no espaço destinado para as experimentações cênicas, com instrumentos de percussão, luz, cenários, figurinos e outros, o docente pode melhor engajar os estudantes nas suas proposições.



A habilidade EF69AR27 corresponde a: pesquisar e criar formas de dramaturgias e espaços cênicos para o acontecimento teatral, em diálogo com o teatro contemporâneo. Na atualidade, segundo Patrice Pavis (2015), o termo forma teatral é utilizado como renovação do termo gênero, ou para distinguir os tipos de peças teatrais, visto que há uma mistura deles na contemporaneidade. De fato, ao longo dos tempos o texto dramático como alicerce da cena foi perdendo potência. As estruturas dramáticas ou as representações expandiram-se, produzindo espaço para outras dramaturgias: do autor, do intérprete, da cenografia, da iluminação, dentre outras.

O jogo improvisacional pensado em função do espaço é uma alternativa que traz descobertas distintas de relação entre os estudantes/atores com o ambiente físico e a plateia. Dentre as possibilidades, é possível eleger um espaço determinado em virtude de uma estética cênica priorizada ou das próprias referências que o espaço por si só oferece, quando são criadas formas de comunicação diferentes de acordo com o espaço e pensadas do ponto de vista do espectador: *“Onde exatamente ficará a plateia e de que forma? Qual é o ângulo de visão mais interessante para ver este jogo? De quantas formas podemos jogar com a posição ou mesmo o deslocamento da plateia?”* (MARTINS, 2004, p. 76)

Esse tipo de trabalho instiga um olhar diferenciado para definir a lógica de uma encenação, uma vez que o espaço determina uma carga de significação dentro do jogo cênico. Vale ressaltar que o teatro contemporâneo, com frequência, opõe-se à estética tradicional do teatro à italiana, pois transforma o espaço cênico em um experimento para o espetáculo. Dessa maneira, escolher um espaço para se apresentar requer um olhar investigativo, uma opção a partir do presumível diálogo que o espaço irá travar com a cena pré-elaborada. Consequentemente, *“a descoberta de novos espaços, espaços não convencionais e de sua teatralidade nos permite questionar e reavaliar simultaneamente estes lugares ampliando a capacidade de comunicação [...]”* (SOARES, 2010, p. 121).

A habilidade EF69AR28 corresponde a: investigar e experimentar diferentes funções teatrais e discutir os limites e desafios do trabalho artístico coletivo e colaborativo. As funções teatrais compreendem um conjunto de ações das personagens dentro da cena, como narração, dramatização, ligações entre as cenas, dentre outros; essas experimentações teatrais, sejam individuais ou coletivas, possibilitam a tomada de decisões, a socialização, o desenvolvimento da criatividade. De fato, o estudo do teatro na escola abarca o desenvolvimento de ações coletivas, como análise, produção e investigação de personagens, ampliando a interação de maneira crítica em relação a questões sociais, políticas e culturais.

A habilidade EF69AR29 corresponde a: experimentar a gestualidade e as construções corporais e vocais de maneira imaginativa na improvisação teatral e no jogo cênico. O termo gestualidade relaciona-se a aproximação dos gestos em sentido coletivo, reconhecendo e experimentando ações que promovam o entendimento acerca das ações corporais e vocais. Neste contexto, evidenciam-se o jogo e a improvisação, uma vez que promovem momentos de práticas teatrais, socialização e resolução de problemas atrelados à tomada de decisões coletivas.

O jogo teatral, por exemplo, é reconhecido e utilizado no meio escolar, como metodologia para o ensino do teatro em que a ação acontece muitas vezes de maneira improvisada e os jogadores não têm papéis pré-estabelecidos, contribuindo para que o coletivo defina caminhos e percursos e resolvam os problemas a eles lançados. Nesse sentido, o desenvolvimento de jogos teatrais na sala de aula proporciona momentos de contato com o próprio corpo, o que favorece o reconhecimento de si, do seu espaço e do espaço das outras pessoas, de seu equilíbrio e concentração, da memória e observação, além da investigação das emoções emanadas na elaboração de papéis, percebendo-se e percebendo os outros.

A habilidade EF69AR30 corresponde a: compor improvisações e acontecimentos cênicos com base em textos dramáticos ou outros estímulos (música, imagens, objetos etc.), caracterizando personagens (com figurinos e adereços), cenário, iluminação e sonoplastia e considerando a relação com o espectador. A improvisação é reconhecida como importante fundamento teatral, seja como etapa de um processo criativo, seja, especialmente na contemporaneidade, a própria obra a ser levada ao público. Improvisar é criar, jogar, arriscar, transformar uma ideia em um espaço privilegiado para concepções poéticas e simbólicas.

Viola Spolin<sup>iii</sup> sistematizou jogos de improvisação que apresentam problemas de atuação cênica a serem “resolvidos” pelos jogadores. Sua proposta instiga a imaginação criativa ao construir uma pedagogia que se baseia na vivência de jogos teatrais por meio de práticas improvisacionais. As proposições de Spolin, desde a primeira edição do livro “Improvisação para o Teatro”, no final dos anos de 1970, no Brasil, contribuíram e influenciaram de forma significativa os estudos e os encaminhamentos metodológicos na área do ensino do teatro. A autora apresenta sua concepção de improvisação, com a seguinte definição:

O jogo é uma forma natural de grupo que propicia o envolvimento e a liberdade pessoal necessários para a experiência. Os jogos desenvolvem as técnicas e habilidades pessoais necessárias para o jogo em si, através do próprio ato de jogar. As habilidades são desenvolvidas no próprio momento em que a pessoa está jogando, divertindo-se ao máximo e recebendo toda a estimulação que o jogo tem para oferecer – e este é o exato momento em que ela está verdadeiramente aberta para recebê-los. (SPOLIN, 1992, p. 04)

A solução de problemas está presente nos jogos teatrais propostos por Spolin, com regras próprias e precisas. Essa técnica elimina a necessidade de o condutor analisar, intelectualizar, dissecar o trabalho de um estudante/ator com critérios pessoais. Nesse sentido, o olhar é focado para descobrir aquilo que o atuante necessita ou o que está faltando para desenvolver melhor a sua expressão. No desenvolvimento dos jogos, Spolin aponta três elementos dramáticos a serem refletidos pelo grupo: quem? (personagem), o que? (ação), onde? (espaço), tendo em todo o momento o foco como objetivo no jogo.

Cabe destacar que, seja por meio das propostas improvisacionais dos jogos teatrais ou de outras abordagens, o teatro é potente no universo escolar, uma vez que proporciona o envolvimento coletivo dos estudantes, baseado nas análises realizadas acerca de suas ações, dos métodos e práticas a eles apresentados, com questionamentos sobre as formas de ver e de refletir o mundo, ampliando o repertório imagético e artístico.

Para além de uma visão reducionista do teatro como entretenimento e espetacularização, a experimentação teatral na escola oportuniza aos estudantes o experimento cênico em busca da compreensão dos seus elementos formadores, no fazer teatral em espaços diversos da escola e nos espaços públicos. Na análise de obras teatrais, como sujeitos apreciadores e críticos, os estudantes têm a oportunidade de conhecer a cultura presente em seu meio e de outras localidades, além dos distintos modos de fazer teatro. Exploradas de modo individual e coletivo, a experiência teatral requer do estudante envolvimento corporal, no qual imaginação, voz e emoção unem-se para a efetivação de experiências cognitivas e subjetivas cênicas.

A BNCC ao tratar do ensino de Teatro no componente curricular Arte, salienta que os sujeitos se desenvolvam no decorrer de cada etapa de escolarização, por meio de habilidades específicas e assim, possam atingir as dez competências gerais da Educação Básica. Este processo pedagógico torna-os capazes de socializarem, refletirem e atuarem na sociedade e no mundo do trabalho, orientados por princípios éticos, estéticos e políticos, sendo desta maneira, direcionados a uma formação humana integral em busca de uma sociedade justa e igualitária. Nesse sentido,

No novo cenário mundial, reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades. (BRASIL/MEC, BNCC, 2018, p. 14)

Desta forma, se reconhece a necessidade de que o estudante na atualidade seja participativo e comunicativo, a fim de conseguir conviver com todas as diferenças no contexto em que está inserido. A aprovação da BNCC no país requereu dos estados e dos municípios a (re)organização de seus currículos, no entanto, cabe ressaltar, embora as linguagens artísticas sejam consideradas em suas especificidades, os encaminhamentos sugeridos no documento propõem que as várias expressões artísticas sejam desenvolvidas em relação umas com as outras.

É importante lembrar que recentemente no país, ocorreu a ampliação de cursos para a formação de professores em cada uma das modalidades artísticas, em sua especificidade de formação e atuação. O docente habilitado em Artes Visuais, Dança, Música e Teatro nas escolas corrobora para a melhoria das práticas pedagógicas artísticas, dado que o professor especialista possui domínio do conhecimento artístico e estético da sua área de formação. Ademais, para além de um ensino disciplinar isolado e segmentado, cabe esclarecer que os professores das distintas linguagens propõem, a partir da sua especificidade, a interdisciplinaridade com os demais campos do saber, dentre esses os conhecimentos teórico-práticos das outras linguagens da arte para o desenvolvimento e a ampliação do repertório cognitivo e sensível dos estudantes envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Nesse contexto, cabe destacar que ainda se faz necessário ampliar o espaço da linguagem teatral como componente curricular. Destaca-se que a área das Artes Visuais permanece como linguagem artística privilegiada na grande maioria das escolas brasileiras. Acrescente-se que, frequentemente, o teatro na escola é ofertado exclusivamente em projetos voltados para atividades extracurriculares e também como apêndice ou auxiliar de outras disciplinas, consideradas como mais importantes.

As transformações na legislação brasileira e nos documentos normativos não conseguiram resolver os problemas históricos do ensino da Arte, daqui pra frente, tendo como base a BNCC, como as linguagens artísticas (Artes Visuais, Dança, Música e Teatro) serão desenvolvidas nas escolas? Se a formação inicial docente é específica em cada modalidade da arte, como serão abordadas as artes integradas? De qualquer modo, o ensino da Arte resiste, o que aumenta a necessidade de pesquisas específicas tanto em relação aos documentos norteadores como em relação à aprendizagem artística, para que modos atualizados de aprendizagem em arte constituam propostas de ensino adequadas à natureza intrínseca da apreciação e do fazer artístico.

## Referências

- BOAL, Augusto. *Teatro do Oprimido e Outras Poéticas Políticas*. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.
- BRASIL, Ministério de Educação. *Base Nacional Comum Curricular – BNCC*. Versão final homologada em 11 de maio de 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 06/05/20.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: arte/Secretaria de Educação Fundamental*. – Brasília: MEC / SEF, 1998.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9394/96. Brasília: 1996.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 5692/71. Brasília: 1971.
- JAPIASSU, Ricardo Ottoni Vaz. *Metodologia do ensino do teatro*. 2. ed. Campinas: Papirus, 2003.
- MARTINS, Marcos Bulhões. *Encenação em jogo: experimento de aprendizagem e criação do teatro*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação do. *Arte - Ensino Médio 2ª Edição*. Curitiba: SEED-PR, 2006 – 336p.
- PAVIS, Patrice. *Dicionário de teatro*. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- RYNGAERT, Jean-Pierre. *Jogar, representar: práticas dramáticas e formação*. Trad. de Cássia Raquel da Silveira. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- SOARES, Carmela. *Pedagogia do jogo teatral: uma poética do efêmero: o ensino do teatro na escola pública*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- SPOLIN, Viola. *Improvisação para o Teatro*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

---

<sup>i</sup>A versão final da Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) foi homologada em 11 de maio de 2018 pelo Ministério da Educação - MEC.

<sup>ii</sup> Para o efetivo desenvolvimento das manifestações artísticas, a BNCC aponta seis dimensões do conhecimento em Arte(Criação, Crítica, Estesia, Expressão, Fruição e Reflexão), que devem ser abordadas de maneira indissociável, simultânea e integrada nas linguagens: visuais, música, dança e teatro, não havendo uma ordem ou hierarquia entre elas. (BRASIL/MEC, BNCC,2018, p.194)

<sup>iii</sup>Viola Spolin sistematizou os jogos teatrais nos anos de 1940, nos Estados Unidos, visando inicialmente a um trabalho social com jogos recreativos praticados com imigrantes que não tinham o domínio da língua inglesa; posteriormente, tornou-se prática sistemática com atores.

---

Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) e Rede estadual de ensino do Estado do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Curitiba, PR, Brasil.